JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano VI – Nº 1.028 – Brasília, quinta-feira, 3 de fevereiro de 2000

Vai a promulgação emenda que limita gastos com vereadores

Proposta aprovada pelo Senado fixa despesas com o Legislativo municipal de acordo com o número de habitantes de cada cidade e vincula remuneração de vereadores a percentuais dos salários dos deputados estaduais

Com a presença de 80 dos 81 membros, o Senado fixou limites para a remuneração dos vereadores, vinculada à dos deputados estaduais

O Senado aprovou ontem, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que estabelece limites de gastos das câmaras de vereadores com base no número de habitantes de cada município (*veja quadro abaixo*). O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que convocará sessão do Congresso para promulgar a emenda.

Com a mudança, as câmaras não poderão comprometer mais de 70% dos recursos a elas destinados com a folha de pagamento, incluído o gasto com os subsídios dos vereadores, que ficarão vinculados a percentuais da remuneração dos deputados estaduais.

GASTOS MÁXIMOS

Total da despesa do Legislativo municipal (*)

8%	da receita nas cidades de até 100 mil habitantes
7%	da receita nas cidades de até 300 mil habitantes
6%	da receita nas cidades de até 500 mil habitantes
5%	da receita nas cidades com mais de 500 mil habitantes

(*) Excluída a folha de inativos

Página 3

Senadores discutem vazamento de óleo com Petrobras e Greenpeace

Os senadores da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura discutiram ontem com o presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, o vazamento de óleo na baía de Guanabara. Roberto Kishinami, representante do Greenpeace, e o deputado Fernando Gabeira também participaram da audiência pública.

Página 2

Da esquerda para a direita, Roberto Kishinami, Emilia Fernandes, Henri Philippe Reichstul e Fernando Gabeira

Botelho, da Embraer, brigadeiro Carlos Baptista e senador Ney Suassuna, na CAE

CAE faz audiência sobre venda de ações da Embraer

A possibilidade de transferência do controle acionário da Embraer a um consórcio de empresas francesas foi tema de audiência pública na CAE.

Página 5

Reichstul explica ação em vazamento

Presidente da Petrobras comparece à Comissão de Infra-Estrutura e afirma que a empresa já recolheu 471 mil dos 1,3 milhão de litros que foram despejados na baía de Guanabara

O presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, informou ontem à Comissão de Infra-Estrutura do Senado que a empresa já recolheu 471 mil dos 1,3 milhão de litros de óleo derramados na baía de Guanabara. Segundo ele, o óleo que permanece na água é mínimo e de difícil sucção. O restante está nas areias e pedras – parte já foi recolhida pela Petrobras –, numa área "restrita" de manguezais ou evaporou-se.

Reichstul também informou que está tomando providências para o pagamento de indenizações aos pescadores e outros trabalhadores que dependem de atividades no mar e na orla marítima, como vendedores de picolé. Até que as águas estejam prontas para a pesca, os trabalhadores receberão o equivalente à sua renda média mensal.

O presidente da Petrobras compareceu à comissão, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), para debater o desastre ecológico com os parlamentares, o representante do Greenpeace, Roberto Kishinami e o deputado Fernando Gabeira (representando o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, Carlos Minc) e o presidente da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (Feema), Axel Grael.

Reichstul disse que foram criados três grupos de trabalho: um com a incumbência de efetuar ações de emergência, outro encarregado de pagar indenizações e um terceiro com o encargo de vistoriar todos os equipamentos da empresa, de modo a evitar um novo desastre:

– Em muitas áreas já trabalhamos dentro de um nível de excelência ambiental e essa será uma meta daqui para a frente – disse Reichstul.

Ele reconheceu que os sistemas de detecção de acidentes na refinaria e no duto são precários, o que somou-se ao erro de cálculo do funcionário da empresa sobre a vazão de óleo, atrasando as providências que teriam diminuído o impacto do acidente.

Reichstul, falando aos senadores, reconheceu que os sistemas de detecção de acidentes na refinaria e no duto são precários

Greenpeace provoca polêmica

Durante os debates na Comissão de Infra-Estrutura, representantes do Greenpeace distribuíram aos parlamentares nota acusando a Petrobras de "incompetência" no episódio de vazamento de petróleo na baía de Guanabara. Roberto Kishinami, que falou pela organização ambientalista, chegou a questionar que a empresa tenha recolhido cerca de 471 mil litros do total de 1,3 milhão de óleo vazados, observando que tradicionalmente só se consegue recuperar de 15% a 17%.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) considerou que a posição do Greenpeace "foi leviana" e os brasileiros não têm motivos para duvidar da seriedade da Petrobras ao divulgar suas informações sobre o episódio. O presidente da empresa, Philippe Reichstul, afirmou que o percentual citado internacionalmente vale para vazamentos em mar aberto e revolto, ao contrário da baía de Guanabara, de mar calmo e em época de calor. "Acho até que não houve decantação de petróleo", afirmou Reichstul:

– Aceitei e achei interessantes várias propostas do Greenpeace, mas não concordo com a sugestão de fechar a Refinaria Duque de Caxias. Isso está fora de cogitação – assinalou Reichstul.

Maria do Carmo destaca a I Conferência de Mulheres

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) destacou a realização, em Salvador, da I Conferência de Mulheres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, encerrada na terça-feira. Com mais de cem representantes de sete países diferentes, o evento teve como tema principal a participação da mulher na política, em relação ao qual foi discutida a situação de cada país.

Maria do Carmo: sete países estiveram representados na Bahia

No caso do Brasil, foi divulgada pesquisa nacional do instituto Vox Populi sobre a credibilidade das lideranças femininas, que, na opinião de Maria do Carmo, revelou um desafio animador: 50% dos entrevistados declararam que as mulheres são mais confiáveis, mais honestas (57%), mais competentes (43%) e mais responsáveis (53%). Para completar, 73% dos entrevistados afirmaram que votariam numa mulher para o cargo de presidente da República, 84% para o de prefeito e 80% para o de governador de estado.

Outro tema abordado na conferência, informou a senadora, foi a situação feminina no mercado de trabalho, em que foi mostrado que, embora as mulheres representem 51% da população, detêm apenas 20% da riqueza produzida. Apesar de a participação feminina no mercado de trabalho ter crescido 170% nos últimos 15 anos, elas continuam ganhando menos e trabalhando em piores condições que os homens, disse a senadora, acrescentando que apenas um quarto das mulheres trabalhadoras têm carteira assinada.

Nesse universo, as mulheres negras recebem salários que são, em média, a metade do recebido pelas mulheres brancas, o que evidenciaria, na opinião da senadora, a persistência de uma dupla discriminação – de sexo e de cor.

Para Alcântara, governo deve regular preço de remédios

A adoção de uma política governamental que assegure preços razoáveis para que as pessoas possam adquirir os medicamentos que garantem a recuperação ou manutenção de sua saúde foi defendida ontem pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). O senador fez o alerta ao registrar que nos últimos dias a imprensa tem dedicado espaço cada vez maior à discussão, travada inclusive no âmbito do governo, com relação ao preço dos medicamentos, frisando que o assunto merece uma atenção especial, sobretudo no que diz respeito ao controle dos abusos que possam ter ocorrido:

– Quero conclamar um esforço conjunto do governo, envolvendo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, o ministro da Saúde, José Serra, e outras agências e órgãos governamentais para que tenhamos uma política pública que garanta a qualidade do medicamento, a disponibilidade, o custo, e também que a indústria farmacêutica não faça campanhas contra os genéricos.

Na opinião do senador, o maior desafio que o governo deve enfrentar no momento é viabilizar o efetivo funcionamento das agências reguladoras e fiscalizadoras, em defesa do consumidor. Ele disse que o livre mercado teoricamente é "muito bonito", mas na prática o Estado não pode abrir mão do seu poder de intervenção, de regulação e de fiscalização.

Dirigente fala sobre a MP dos clubes de futebol

O presidente do Clube dos Treze, Fábio Koff, discute hoje em comissão do Congresso os efeitos sobre o desporto da medida provisória que proíbe o controle de mais de um clube esportivo por uma única empresa. A comissão reúne senadores e deputados e vai emitir parecer sobre o assunto. O procurador da República, Luís Francisco de Souza, também participará da audiência.

Comissão da Cédula de Produto Rural instala-se hoje

A comissão mista criada para analisar a medida provisória que permite a liquidação financeira da Cédula de Produto Rural reúne-se hoje, às 10h, para instalar seus trabalhos.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 3 DE FEVEREIRO DE 2000

PLENÁRIO

10h – Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *Projeto de Resolução (PR) nº 31/99, que autoriza a União a celebrar o Aditivo ao Acordo de Reescalonamento de Dívida firmado entre Brasil e Suriname; *PR nº 32/99, que autoriza a União a celebrar acordo com a Telecomunicações do Suriname (Telesur), referente a convênio de crédito; e primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da *Proposta de Emenda Constitucional nº 90/99, que reformula o sistema de pagamento de precatórios.

COMISSÕES

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: Relatório setorial referente à Área Temática III (Fazenda e Desenvolvimento) e início da discussão do relatório setorial sobre a Área V (Infra-Estrutura). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

10h – Comissão Mista destinada a examinar a *Medida Provisória nº 2.011-4, que institui a Taxa de Autorização de Bingos
Pauta: Depoimentos do presidente do Clube dos Treze, Fábio Koff; e do procurador da República, Luís Francisco de Souza. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

10h – Instalação da Comissão Mista para analisar a *Medida Provisória nº 2.017, que acresce dispositivo à Lei nº 8.929/94, que institui a Cédula de Produto Rural. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

Após a Ordem do Dia – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *Proposta de Emenda à Constituição nº 4/2000, que propõe a Desvinculação de Receitas da União (DRU). *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327
Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Morais
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Senado aprova limite para gastos com câmaras

Além de fixar o montante de despesas com o Legislativo municipal conforme o número de habitantes de cada cidade, emenda constitucional restringe a remuneração de vereadores a um percentual dos salários dos deputados estaduais

Com 72 votos favoráveis, dois contrários e duas abstenções, o Senado aprovou ontem, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que limita os gastos dos legislativos municipais, conforme critério que leva em consideração o número de habitantes de cada município. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou que convocará oportunamente sessão do Congresso para promulgar a emenda.

Foi deliberado que o Legislativo municipal não poderá comprometer mais de 70% dos recursos a ele destinados com a folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos vereadores. O prefeito incorrerá em crime de responsabilidade se efetuar repasse que supere os limites definidos na Constituição, não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês, ou enviá-lo em valor inferior à proporção fixada na lei orçamentária.

A emenda estabelece que a despesa das câmaras municipais, incluídos os subsídios dos vereadores e excluídos os gastos com os inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais da receita do município: 8% nos municípios de até 100 mil habitantes; 7% nos municípios de até 300 mil habitantes; 6% nos municípios de até 500 mil habitantes; e 5% nos municípios com mais de 500 mil habitantes.

Também foram impostos limites aos subsídios dos vereadores, que serão proporcionais aos dos deputados estaduais, levando em conta a população do município. Assim, foram fixadas as seguintes faixas: 20% do subsídio dos deputados estaduais nos municípios de até 10 mil habitantes; 30% nos municípios de até 50 mil habitantes; 40% nos municípios de até 100 mil habitantes; 50% nos municípios de até 300 mil habitantes; 60% nos municípios de até 500 mil habitantes. Em municípios de mais de 500 mil habitantes, o subsídio máximo dos vereadores corresponderá a 75% do que ganham os deputados estaduais.

DEBATES

Ressaltando o papel preponderante representado pelo vereador no município, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) lastimou que o Senado não tenha aperfeiçoado a emenda constitucional. "Se queríamos que essa proposição representasse a realidade, teríamos que, em vez de escalonar os subsídios dos vereadores com base na população de cada município, fixar essas remunerações de acordo com a receita de cada município", explicou o parlamentar.

Ele argumentou que, no Brasil, existem municípios com populações imensas e receita ínfima, enquanto outros têm populações pequenas e receitas vultosas. "Como conciliar essa incongruência?", questionou Valadares, certo de que brevemente o Legislativo será novamente chamado a alterar disposições da emenda constitucional.

Proposta aprovada pelo Plenário limita a 70% das dotações das câmaras os gastos com folha de pagamento

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que o objetivo não era satanizar os vereadores, mas moralizar as câmaras municipais. "Se não compreendermos que se faz necessário um processo de moralização do Legislativo municipal, estaremos levando esse poder a um desgaste que poderá fazer com que a população não mais o respeite", observou. Embora reconhecendo as imperfeições da proposta, Marina considerou importante o Senado aprovar a matéria, argumentando que a desmoralização das câmaras ocorre normalmente em razão dos abusos praticados na remuneração dos vereadores.

Plenário começa a discutir proposta que disciplina pagamento de precatórios

A proposta de emenda constitucional (PEC) que disciplina o pagamento de precatórios judiciais será discutida em Plenário a partir de hoje. Requerimento nesse sentido, de iniciativa do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi acolhido pelo plenário. Aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a PEC será debatida durante cinco sessões deliberativas, podendo receber emendas.

Em seguida, a emenda será submetida a um primeiro turno de votação. Se for aprovada, ficará mais três sessões em discussão, até ser votada em segundo turno. A proposta estabelece que somente serão pagos débitos provenientes de sentenças já transitadas em julgado e que os precatórios judiciais devem ser incluídos no orçamentos das entidades de direito público até 1º de julho, com prazo para pagamento até o final do ano seguinte.

Também hoje, o Senado decide se autoriza a União a celebrar operações de crédito com a República do Suriname. Aguardam deliberação da Casa pedidos do governo para celebrar aditivo a acordo de reescalonamento de dívida firmado, em 1996, entre os dois países, assim como para autorizar a União a celebrar acordo com a Telecomunicações do Suriname (Telesur).

Lobão é autor de requerimento que viabiliza a discussão da proposta a partir de hoje

Autorizado reescalonamento dos débitos de Zâmbia com o Brasil

O Senado autorizou a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República de Zâmbia, no montante de US$ 20,3 milhões, com base em entendimento celebrado no âmbito do Clube de Paris, instituição que reúne países credores. Esse débito de Zâmbia tem origem em convênios firmados com a Cacex e vem sendo objeto de negociação desde 1983.

Relator da matéria, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ressaltou que esse reescalonamento contempla um país com elevado grau de endividamento e baixíssima renda *per capita*. "Entendemos tratar-se de excelente oportunidade para a regularização da dívida bilateral daquele país, à medida que proporciona ainda à Zâmbia condições de se ajustar financeira e economicamente perante a comunidade financeira internacional", disse ele.

Na opinião de Dutra, esse reescalonamento reflete a política brasileira de proceder a esforços de recuperação de créditos com o apoio do Clube de Paris. Para ele, o reescalonamento considera a capacidade de pagamento de Zâmbia e leva em conta as estreitas relações entre essa república e o Brasil.

Criação da DRU terá relatório hoje na CCJ

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresenta hoje à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) seu relatório sobre a proposta de emenda constitucional – enviada pelo Poder Executivo – que estabelece a Desvinculação de Receitas da União (DRU). Com a proposta, o governo pretende obter autonomia para a aplicação de 20% do dinheiro que recolhe da sociedade.

A desvinculação de receitas foi realizada, até dezembro, por meio do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF). Como o fundo deixou de vigorar ao final do ano passado, a proposta de criação da DRU foi incluída na pauta da convocação extraordinária do Congresso Nacional. A emenda constitucional foi aprovada em segundo turno pela Câmara em 12 de janeiro.

De acordo com a proposta do Executivo, ficam desvinculados até 2003 20% da arrecadação de impostos e contribuições sociais da União. Ao contrário do que ocorria durante a vigência do FEF, os governos estaduais e as prefeituras passarão a receber integralmente sua parte do Imposto de Renda por meio dos fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). A União passará a desvincular as receitas depois de subtraídas as verbas destinadas aos dois fundos.

Lúcio Alcântara

A exposição de motivos que acompanha a emenda constitucional – assinada pelos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Martus Tavares – estabelece como objetivo da DRU a "redução da rigidez da execução orçamentária e financeira, o que permitirá a realocação de recursos para financiamento de despesas incomprimíveis sem endividamento adicional da União".

Luzia elogia honradez e solidariza-se com Camata

Parlamentar recorda os 32 anos de vida pública do senador capixaba, acusado por revista de envolvimento com o crime organizado

Ao reafirmar sua solidariedade ao senador Gerson Camata (PMDB-ES) diante de matéria da revista *IstoÉ* afirmando que ele teria envolvimento com o crime organizado no Espírito Santo, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) fez ontem um histórico dos 32 anos de vida pública do parlamentar, sobretudo suas realizações à frente do governo do estado:

Luzia lembrou que Camata começou a vida nas lavouras de café

– Não serão calúnias, afirmações levianas e infundadas que mancharão a trajetória desse homem honrado, trabalhador, criativo e destemido. Não serão os fracos de espírito e os oportunistas de plantão capazes de atingir a altivez, a dignidade e a honradez do senador Gerson Camata – disse Luzia Toledo.

A senadora lembrou que a história de Gerson Camata no Espírito Santo teve início no campo, nas lavouras de café. Sua trajetória política foi marcada por uma seqüência de eleições para os cargos de vereador, deputado estadual e federal, governador e finalmente senador. Luzia Toledo destacou como um marco na carreira de Camata sua eleição para governador em 1982, constituindo-se no primeiro governador eleito pelo voto direto no estado após vários anos.

Como governador, afirmou a senadora, Camata iniciou uma nova era no estado, através de parcerias, da previsão e da realização de gastos apenas quando houvesse a contrapartida dos recursos necessários. Ela lembrou que, quando assumiu o governo, Camata herdou débitos que chegavam a US$ 38 milhões, mas conseguiu entregar o cargo, em 1987, com um saldo positivo de US$ 2,5 milhões:

– Esse esforço de contenção repercutiu, logicamente, na capacidade de investimento do estado. Com as finanças saneadas, as dívidas negociadas e uma excelente capacidade de endividamento, o governo Camata pôde realizar um dos maiores, senão o maior plano de investimentos da história do estado – testemunhou Luzia Toledo.

As denúncias contra o ex-ministro Elcio Alvares também foram rechaçadas por Luzia. Na sua avaliação, houve uma campanha econômico-militar pela sua desestabilização, já que Alvares estava contrariando interesses. A senadora leu editorial do jornal *A Gazeta*, para testemunhar que no Espírito Santo todos sabiam que o ex-ministro não estava envolvido com o narcotráfico nem com o crime organizado.

ACM diz que senador é vítima de "infâmia"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também solidarizou-se com o senador Gerson Camata na sessão de ontem. Ele falou em nome da Mesa Diretora da Casa, logo após o pronunciamento da senadora Luzia Toledo:

Carlos Wilson: Camata é referencial de luta, dignidade e honradez

– Vou fazer algo incomum na presidência do Senado: solidarizar a Mesa do Senado por inteiro com o senador Gerson Camata, que está sendo vítima de infâmias e calúnias daqueles que jamais poderiam maculá-lo. Ele merece o respeito desta Casa e a admiração do povo do Espírito Santo – afirmou o presidente do Senado.

Vários senadores apartearam Luzia Toledo. O primeiro deles, o senador Carlos Wilson (PPS-PE), disse que conheceu Camata na Câmara dos Deputados, em 1974, como um referencial de luta, dignidade e honradez. "Era o auge da ditadura militar e ele lá, na linha de frente, defendendo a redemocratização do país", recordou.

Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), também falando em nome do seu pai, o governador do Tocantins, Siqueira Campos, afirmou que uma das obrigações dos parlamentares é defender os símbolos dos estados, e que Gerson Camata era um dos símbolos do Espírito Santo. Falando em nome de Minas Gerais, José Alencar (PMDB-MG) destacou que aprendeu a admirar Camata através dos depoimentos favoráveis do ex-presidente Tancredo Neves, que sempre elogiou o seu desempenho como governador.

Marluce Pinto (PMDB-RR) registrou que Gerson Camata não precisava esclarecer nada ao povo do Espírito Santo, porque todos têm conhecimento de sua honestidade, lisura, capacidade administrativa e brilho como parlamentar. Falando também em nome do senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), Ramez Tebet (PMDB-MS) disse que é dever de cada senador proclamar as virtudes de "um homem público do quilate de Gerson Camata".

Rocha: ele merece respeito dos parlamentares e do povo brasileiro

Para Ernandes Amorim (PPB-RO), o Congresso já deveria ter aprovado uma lei de imprensa que pudesse inibir e punir os responsáveis pela divulgação de notícias falsas que atentem contra a imagem das pessoas. Já Iris Rezende (PMDB-GO) confessou não se impressionar com pessoas que procuram difamar, injuriar e caluniar. "Não conheço uma pessoa que atue na vida pública com brilhantismo, honra e dignidade que não tenha sido alvo da inveja de outros", comentou.

Lamentando que não pôde manifestar sua solidariedade a Gerson Camata ainda na semana passada, Agnelo Alves (PMDB-RN) observou que, como jornalista, sempre teve a imagem de que o senador pelo Espírito Santo era competente, probo e honesto. "Chegando ao Senado, comprovei que todas estas qualidades casam perfeitamente com a imagem que eu fazia dele", completou.

Sebastião Rocha (PDT-AP) declarou que Gerson Camata é um homem honrado, digno e que merece o respeito dos parlamentares e do povo brasileiro. Moreira Mendes (PFL-RO) salientou que escreveu artigo em jornal de Rondônia solidarizando-se com o colega parlamentar. Renan Calheiros (PMDB-AL) prestou seu reconhecimento "ao valoroso homem público que o Espírito Santo mandou para o Senado".

Pedro Simon (PMDB-RS) destacou que todos são unânimes com relação à dignidade, honradez, seriedade, competência e bravura de Gerson Camata. José Sarney (PMDB-AP), Alberto Silva (PMDB-PI) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) também solidarizaram-se com Camata.

O senador Jonas Pinheiro anunciou reunião para a próxima quarta-feira

Fundos constitucionais serão debatidos em audiência pública

A comissão mista que examinará medida provisória que altera os fundos constitucionais de financiamento para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste marcou para o dia 10 audiência pública com participação de doze entidades de classe e representantes dos estados daquelas regiões. O objetivo é discutir os fundos constitucionais, suas formas de atuação e as taxas de juros praticadas.

Segundo o relator da matéria, deputado Francisco Garcia (PFL-AM), a grande vantagem da medida provisória é determinar taxas de juros fixas para os empréstimos aos fundos, variando de 9% a 16% de acordo com o tamanho da propriedade rural ou industrial tomadora. De acordo com o relator, a questão mais polêmica é um "gatilho" prevendo que seja utilizada a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para reajuste sempre que esta taxa passar de 30% anuais. "Isso é agressivo para quem quer produzir", disse Garcia.

O relator afirmou que o assunto precisa ser avaliado de forma suprapartidária e levando em conta as diferenças entre os segmentos econômicos e entre as regiões. "Existem dados indicando que 1% dos tomadores de empréstimo no Nordeste fica com 40% dos recursos. Isso precisa ser avaliado", observou.

O relator acredita que a participação do setor financeiro também precisa ser revista, uma vez que, atualmente, os bancos ficam "com quase 30%" dos valores movimentados a título de taxa de administração, segundo Garcia. "Se os bancos forem incompetentes, podemos buscar alternativas, como as cooperativas", afirmou.

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu que cooperativas façam o repasse dos recursos. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), vice-presidente da comissão, informou que a comissão se reunirá ainda na próxima quarta-feira, às 9h, para que os deputados e senadores possam determinar a linha de debates a ser adotada durante a audiência pública do dia seguinte.

Participarão da audiência representantes das confederações nacionais da Agricultura (CNA), da Indústria (CNI), do Comércio (CNC), dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), os bancos do Nordeste (BNB), da Amazônia (Basa), do Brasil (BB) e os ministérios da Integração Nacional, da Fazenda e da Agricultura e Abastecimento, além de representantes de todos os governos estaduais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Padilha fala à CAE sobre privatizações e pedágios

Os senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovaram por unanimidade requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR) convocando o ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para prestar esclarecimentos sobre o processo de concessão de rodovias para a iniciativa privada e o aumento do preço dos pedágios nas estradas.

Osmar Dias

O presidente da comissão, senador Ney Suassuna (PMDB-PB), anunciou que o ministro estará disponível para vir ao Senado a partir do dia 22 de fevereiro.

Junto com Padilha, Osmar Dias pediu ainda que o diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, Genésio Bernardino, e representantes da Associação Brasileira das Concessionárias de Rodovias e da Confederação Nacional dos Transportes, além de secretários estaduais de Transportes, estejam presentes à audiência pública.

Embraer garante que continua sob controle nacional

Em audiência pública na CAE, senadores salientaram a importância estratégica de a indústria aeronáutica permanecer em mãos de grupos brasileiros. Presidente da empresa afirmou que não houve mudança na condução dos negócios

A possibilidade de transferência do controle da Embraer a um consórcio de empresas francesas, após a venda a esse grupo de 20% das ações com direito a voto, foi o tema debatido ontem em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Participaram da audiência o comandante da Aeronáutica, Carlos Baptista; o presidente da Embraer, Maurício Botelho; o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Antônio Donizete Ferreira; e o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da empresa, Claudemir Marques de Almeida.

Durante a reunião, os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento para a realização da audiência, Roberto Requião (PMDB-PR) e José Fogaça (PMDB-RS) centraram suas intervenções na importância estratégica de a empresa, fornecedora de 70% dos aviões da Força Aérea Brasileira (FAB), permanecer em mãos de grupos nacionais.

O presidente da Embraer garantiu que a empresa continua controlada pela Cia. Bozano, Simonsen e pelos fundos de pensão Sistel (dos funcionários da extinta Telebrás) e Previ (dos funcionários do Banco do Brasil), que detêm 60,0001% das ações. O grupo francês, formado pelas empresas Aerospatiale Matra, Dassault, Snecma e Thomson, disse Botelho, tem 20% das ações e o restante está pulverizado, em negociação pública na Bolsa de Nova York, e em mãos do governo *(veja quadro)*.

– Não houve nenhuma mudança no controle da Embraer ou na condução de seus negócios. As alianças com os sócios estratégicos franceses e a associação com a alemã Liebherr não ferem o limite de 40% de participação estrangeira estabelecido no edital de privatização – disse o presidente da empresa, que voltou a reafirmar a necessidade de associação internacional para atender o mercado globalizado.

Botelho, Baptista e o senador Ney Suassuna durante a audiência

Composição acionária da Embraer

Acionistas controladores	
Cia. Bozano, Simonsen	20,0001%
Previ	20,00%
Sistel	20,00%
Sócios estrangeiros	
Aerospatiale Matra	5,67%
Dassault	5,67%
Thomson	5,67%
Snecma	3,00%
União	1,45%
BBI	1,73%
Outros	16,63%

Fonte: EMBRAER

Parecer da AGU encerrou o assunto, diz comandante

As dúvidas quanto às mudanças na composição acionária da Embraer foram dirimidas por parecer da Advocacia Geral da União (AGU), afirmou o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Baptista. O parecer, emitido no início de janeiro, analisa a operação, de acordo com as condições estabelecidas no edital de privatização da empresa.

– Não posso, como militar e comandante, deixar de conhecer que há um parecer oficial que diz que a operação está perfeita. Vamos acatar a decisão. Os representantes da União (dois brigadeiros) no Conselho Administrativo da empresa vão acatar. Não se fala mais no assunto – afirmou Baptista, que reforçou a necessidade de o país ter indústria aeronáutica nacional.

Baptista se disse "satisfeito e tranqüilo" pela atenção da CAE em esclarecer de vez o assunto. Afirmou que o parecer da AGU o deixa "contido" diante do que foi publicado e das preocupações dos senadores Roberto Requião e Eduardo Suplicy acerca da negociação das ações.

O comandante ressaltou ainda que a União só poderia exercer as prerrogativas da *golden share* (que tem poder de veto) caso tivesse havido transferência de controle acionário.

– Não houve transferência do controle acionário – afirmou.

Requião acredita que estrangeiros já assumiram

O senador Roberto Requião acredita que o controle da Embraer já está em mãos estrangeiras, apesar das explicações apresentadas pelo presidente da empresa, Maurício Botelho, à Comissão de Assuntos Econômicos. Ele afirmou que a Cia. Bozano, Simonsen, até 1997, tinha sede nas Bermudas e era associada a outro grupo das Ilhas Cayman.

– Hoje, o efetivo controle da empresa é do grupo francês, por pactos feitos com a Bozano, Simonsen. A Embraer vai se tornar um mera empresa de dobrar chapas e apertar parafusos, a geração de tecnologia vai desaparecer – afirmou, ao anunciar que vai remeter as notas taquigráficas com suas perguntas e as respostas dadas pelo presidente da Embraer como denúncia ao Ministério Público.

Pelo edital de privatização, mesmo com apenas 1,45% das ações, a União, através de dois representantes no Conselho de Administração, tem poder de veto sobre decisões consideradas importantes para a Embraer, como o seu controle acionário. É a chamada *golden share*. Porém, o senador entende que essa cláusula tem sido ignorada e, na verdade, a Bozano, Simonsen (autorizada a gerir as ações da Previ e da Sistel) e o grupo francês já assumiram a Embraer.

Requião quis saber se alguma das novas associadas à Embraer é fornecedora de peças para os aviões da empresa. Em caso afirmativo, afirmou, a venda deve ser revista. Ele também pediu ao presidente da Embraer informações sobre a composição acionária da Cia. Bozano, Simonsen. Segundo Botelho, 98% das ações daquela empresa pertencem ao empresário Júlio Bozano.

– O objetivo da Bozano, Simonsen é ganhar dinheiro, o que não se confunde com objetivos estratégicos nacionais – condenou Requião, que requereu ainda os acordos entre os acionistas, como a procuração da Sistel e da Previ dando poderes à Bozano, Simonsen para administrar a empresa.

Já o senador Eduardo Suplicy questionou o contrato entre a Embraer e a empresa alemã Liebherr, que constituíram uma empresa de produção de trens de pouso, com 49% de participação do sócio estrangeiro. Esse percentual, disse o senador, deve entrar no cômputo do total das ações nas mãos dos europeus.

Para o senador José Fogaça, do ponto de vista comercial a Embraer está obtendo excelente desempenho. Suas dúvidas, disse, referem-se ao que a empresa pode fazer como parceira estratégica do Brasil. "É preciso agir com cautela, em defesa do interesse nacional", afirmou o senador sobre a venda das ações a grupos estrangeiros.

Jefferson se preocupa com os índices de nacionalização

Apesar de não ser contrário à aliança de grupos estrangeiros com a Embraer, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) se disse preocupado com o risco de as indústrias nacionais perderem participação na produção das aeronaves pela empresa. Em resposta, o presidente da Embraer, Maurício Botelho, afirmou que o índice de nacionalização dos aviões produzidos atualmente é de 46% e que, mesmo depois da entrada dos sócios franceses, esse percentual estará próximo daqueles verificados historicamente.

– O elemento de maior valia dos produtos é a nossa engenharia – afirmou Botelho, destacando que a empresa hoje tem mais engenheiros que em 1989, auge da Embraer sob o comando estatal.

Ainda respondendo a Jefferson, o presidente da empresa disse que a Embraer vai fornecer todos os aviões para o projeto Sivam, de vigilância da Amazônia. Sobre isso, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) se disse orgulhoso de os aviões responsáveis pelo patrulhamento da região serem brasileiros e comandados por pilotos brasileiros.

O comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Baptista, lamentou o fato de os caça Mirage, "cuja aposentadoria está próxima", não serem substituídos por aeronaves brasileiras, e sim por meio de concorrência internacional. A compra de aviões nacionais seria importante, na opinião do brigadeiro, por "gerar empregos para a nossa gente".

O senador Pedro Piva (PSDB-SP) destacou a participação dos trabalhadores no Conselho Administrativo e nos lucros da empresa. Reclamou, porém, dos altos juros praticados no país, que limitam a competitividade da Embraer no caso de vendas a longo prazo. O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) também participou do debate na CAE.

Trabalhadores reclamam da perda de direitos

Durante a audiência realizada pela CAE para discutir a venda de ações da Embraer, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, Antônio Donizete Ferreira, e o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da empresa, Claudemir Marques de Almeida, reclamaram da perda de direitos sociais e da redução do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Segundo o edital de privatização, os trabalhadores não poderiam perder os direitos conquistados. Porém, segundo Claudemir, a empresa alega que algumas cláusulas chamadas de sociais pelos funcionários, como o valor das horas-extras, seriam, na verdade, "cláusulas econômicas". O senador Roberto Requião anunciou que irá apresentar requerimento à Comissão de Assuntos Sociais para realização de audiência pública específica para discutir a situação dos funcionários da Embraer.

O presidente do sindicato acusou a empresa de ter instalado câmeras de vídeo em suas instalações, como forma de reprimir a organização dos trabalhadores. O presidente da Embraer, Maurício Botelho, justificou a iniciativa pela sabotagem registrada em duas aeronaves em fase final de construção.

– O sindicato apóia a investigação, pois tem o máximo interesse em esclarecer essa sabotagem. Porém, os trabalhadores não tomaram conhecimento do avião sabotado, até para poder dizer se houve sabotagem ou não – disse Donizete, que reclamou ainda de uma "advertência em massa", feita a centenas de trabalhadores, e a recontratação de servidores com salários mais baixos.

Sobre esse ponto, o representante dos trabalhadores no Conselho de Administração afirmou que o salário médio e o poder aquisitivo dos funcionários da Embraer caíram desde a privatização. Depois de atingir mais de dez mil servidores, a empresa chegou a pouco mais de três mil e hoje emprega cerca de 8,6 mil pessoas. O salário, que antes da privatização era um dos melhores, disse Claudemir, é balizado pelo mercado.

Claudemir apontou também melhorias, como a criação de um fundo de pensão, de um plano de cargos e salários e da distribuição dos lucros, que no ano passado superou R$ 20 milhões.

Aprovados recursos para educação, ciência e cultura

Sub-relatório acatado pela Comissão Mista de Orçamento prevê um aumento de 15,1% nos gastos com a área educacional. Verbas para cultura caem 10,9%. Dotação do Ministério da Ciência e Tecnologia cresce 18,5%

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização aprovou ontem o sub-relatório "Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia", preparado pelo deputado João Fassarella (PT-MG). No total, a área de educação deve receber do governo federal neste ano R$ 12,38 bilhões, um aumento de 15,1% sobre o Orçamento do ano passado. A cultura terá um corte de 10,9%.

Durante a discussão do assunto, vários deputados denunciaram que o governo, aproveitando-se da emenda constitucional (ainda em votação pelo Senado) que desvincula recursos da União, passou a incluir os gastos com merenda escolar como recursos constitucionais para educação. Sem a desvinculação de 20% dos impostos federais, o Executivo não poderia considerar como "verbas constitucionais para educação" os recursos destinados à merenda escolar.

No fundo, conforme o sub-relator, o Ministério da Educação ganhará mais dinheiro, mas não há mais garantia de que a manutenção e o desenvolvimento do ensino receberão 18% das receitas de impostos, como determina a Constituição. Com a desvinculação, o governo terá total flexibilidade para usar cerca de R$ 2,6 bilhões, inclusive com merenda escolar.

Dos R$ 12,38 bilhões que o Executivo pretende aplicar em educação, R$ 6,73 bilhões destinam-se ao custeio de 53 instituições federais de ensino susperior (54,4%), R$ 599,6 bilhões serão gastos com 65 escolas técnicas e agrotécnicas federais (4,8%), outros R$ 809,3 milhões com o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (criado no ano passado) e R$ 2,48 bilhões com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), encarregado de aplicar o salário-educação e os programas de apoio ao ensino fundamental (convênios com prefeituras). A Capes, responsável pelas bolsas de estudo de pós-graduação, contará neste ano com R$ 450,4 milhões.

O sub-relator observou que o governo vem diminuindo, dentro dos gastos com educação, as verbas encaminhadas ao ensino superior. Caíram de 63,9% em 1996 para 54,4% neste ano. Um detalhe: de toda a verba da União para o setor educacional (R$ 12,38 bilhões), exatos 52,5% destinam-se ao pagamento de salários e encargos sociais de professores e funcionários (R$ 6,51 bilhões). Comparando-se com o Orçamento autorizado para 1999, a União está cortando em 6,1% os investimentos na área educacional.

Conforme o sub-relatório votado pela comissão, 52,5% das verbas para educação destinam-se a pagamento de salários

O sub-relatório trata ainda das verbas do Ministério da Ciência e Tecnologia, que gastará neste ano R$ 1,68 bilhão, um aumento de 18,5% em relação a 99. A maior parte do dinheiro será usado pelo CNPq (R$ 672,1 milhões). Já o Ministério da Cultura receberá neste ano R$ 234 milhões, significando uma redução de 10,9% em relação ao Orçamento autorizado para 1999. Desse total, R$ 93,7 milhões bancarão gastos com pessoal e encargos sociais (40%).

A garantia de dotação mínima para a saúde foi discutida ontem em reunião conjunta da CAS e da Comissão de Seguridade da Câmara

CAS e CCJ vão debater a vinculação de verbas para o setor de saúde

Em reunião conjunta realizada ontem, as comissões de Assuntos Sociais do Senado (CAS) e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados decidiram que a proposta de emenda constitucional assegurando recursos para a saúde será debatida em audiência pública, no próximo dia 23. A audiência será promovida pela CAS e pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e contará com a participação de representantes do setor.

A reunião da CAS, presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), e da Seguridade da Câmara, presidida pelo deputado Alceu Collares (PDT-RS), teve como objetivo desenvolver estratégias para uma rápida aprovação da proposta de emenda constitucional (PEC) no Senado, que tem como relator na CCJ o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

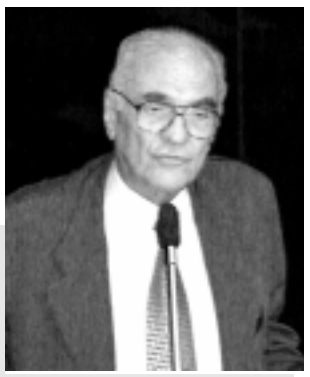
A matéria já foi aprovada por unanimidade na Câmara dos Deputados, e pode garantir R$ 4 bilhões em recursos adicionais para a área de saúde no período de 2000 e 2004. Segundo informou o senador Tião Viana (PT-AC), o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN), recebeu uma comissão de parlamentares e representantes do setor de saúde, e manifestou sua discordância quanto à tramitação simultânea da matéria na CAS e na CCJ. Agripino aceitou, no entanto, a realização da audiência pública, concordando ainda com a celeridade e prioridade para a rápida tramitação da matéria no Senado.

O senador Antonio Carlos Valadares informou que lideranças do PFL no Senado estão contra a aprovação da PEC, pois não concordam com a vinculação de receitas para a área de saúde. "Mas há sinais de que a situação pode mudar, pois os pefelistas já percebem a importância desses recursos para a saúde no país", disse Valadares.

Osmar Dias explicou que a estratégia é realizar a audiência pública conjunta no dia 23 "para aprofundar e debater o assunto", e votar a proposta nas duas comissões até o final de fevereiro. Em seguida, observou, a matéria será enviada com pedido de urgência ao plenário para votação final antes do término do mês de março. O prazo final para aprovação da matéria é junho, a fim de que os recursos sejam liberados aos estados e municípios.

Saturnino quer esclarecer tentativa de suborno no Cade

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) solicitou esclarecimentos ao Ministério da Justiça sobre notícias veiculadas pela imprensa a respeito de uma suposta tentativa de suborno envolvendo conselheiros do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Saturnino afirmou estar perplexo e confuso com as notícias de que alguns conselheiros teriam sofrido tentativa de suborno para inviabilizar a fusão dos fabricantes de cerveja e refrigerantes Antarctica e Brahma.



Saturnino estranhou o parecer contrário à fusão da Brahma e da Antarctica

Saturnino disse que já havia estranhado o parecer contrário à fusão, expedido pelo Ministério da Justiça, o que o levou a fazer uma série de questionamentos. "O Brasil não pode ter grandes multinacionais? Não pode ter empresas que possam competir no mercado internacional? A Ambev poderia ameaçar a Coca-Cola, coitada?", perguntou o senador.

A privatização da Vale do Rio Doce, empresa multinacional que competia no mercado internacional, foi lembrada por Saturnino. Ele também citou o acidente da Petrobras no Rio de Janeiro como possível argumento para que se especule sobre a sua privatização, acusando a empresa de incompetência.

Heloísa protesta por morte de sem-terra em Alagoas

Em discurso emocionado, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que "a elite econômica e política de Alagoas acabou de assassinar Aílton, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra". Conhecido por "Menino", Aílton foi assassinado em ação de reintegração de posse na Fazenda São Pedro, no município de Atalaia. A senadora chorou durante todo o seu pronunciamento.

Heloísa Helena pediu às autoridades federais que esclareçam o assassinato

Heloísa Helena solicitou ao Ministério da Justiça, à Polícia Federal, ao Ministério da Agricultura e ao Incra que esclareçam o crime e tomem as demais providências legais. Ela alertou que os trabalhadores rurais estão se dirigindo para a cidade de Atalaia para velar o corpo de Aílton, e "vai ser uma confusão muito grande, pode haver tumulto".

A senadora lembrou que desde o ano passado luta para impedir mais violência na região, em área ocupada pelo MST, "onde os fazendeiros vinham sistematicamente espancando trabalhadores rurais". No último caso do gênero, relatou, um sem-terra foi torturado com arame farpado e nenhuma providência foi tomada pelas autoridades. Para a senadora, "o comportamento da elite econômica e política de Alagoas é motivo de vergonha para homens e mulheres de bem de seu estado".

Amorim critica ação contra carne bovina do Norte

Amorim pediu coerência do ministro da Agricultura

Embora reconhecendo a seriedade do trabalho realizado pelo Ministério da Agricultura para erradicar a febre aftosa, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) considerou injusta a portaria que proíbe o trânsito de carne de localidades que não investiram em saúde bovina, o que prejudica estados que sequer têm a febre aftosa:

– Nós, da região Norte e Nordeste, temos os maiores rebanhos do país, e o maior mercado consumidor, São Paulo, está impedido de absorver a produção dos nossos estados – reclamou ele.

Em razão dessa portaria, disse Amorim, enquanto um boi em São Paulo é vendido a R$ 42,00, em Rondônia está sendo vendido a R$ 32,00, e assim mesmo não tem comprador, apesar de o estado não ter febre aftosa. O senador entende que o Ministério da Agricultura tem que conceder meios para Rondônia e outros estados pecuaristas poderem exportar sua carne.

O senador Ernandes Amorim também reclamou da falta de fiscalização do Ministério da Agricultura sobre recursos repassados a Rondônia, no governo passado, para sanear o rebanho bovino.

Ele disse que, em razão dessa omissão, o estado agora está impedido de vender sua carne, exatamente quando poderia exportá-la para a Europa, que exige que o produto venha de região sem febre aftosa:

– Que o ministro seja coerente e abra uma oportunidade, libere a saída dessa carne – argumentou Amorim.

O senador observou que São Paulo não pode também ser condenado a pagar 30% mais caro pelo produto, só porque não pode receber a carne do Norte e do Nordeste

Os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Mauro Miranda (PMDB-GO), Heloísa Helena (PT-AL) e Ademir Andrade (PSB-PA) se associaram às preocupações de Ernandes Amorim.

Suplicy: Executivo exorbitou na privatização do Banespa

Segundo o senador, governo não poderia ter decidido vender o banco estadual sem a aprovação de lei específica pelo Poder Legislativo

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem projeto de decreto legislativo sustando a aplicação de decreto do Executivo referente à privatização do Banespa, cujo leilão foi marcado para 16 de maio, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Pelo decreto, de 23 de dezembro de 1999, o Executivo estabelece como de "interesse do governo brasileiro" que a privatização do banco paulista tenha participação estrangeira em até 100%.

No Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, 1.500 pessoas também preocupadas com a privatização do Banespa realizaram manifestação ontem, registrou o senador.

Suplicy justificou que o ato é exorbitante porque o Executivo não poderia tomar tal decisão sozinho, sem o concurso do Legislativo, ao qual deveria ter enviado projeto de lei específico. O decreto, conforme o senador, viola a competência legislativa da União – entendida como os três Poderes republicanos, segundo o ex-advogado-geral da União e atual ministro da Defesa, Geraldo Quintão, e não apenas como o Poder Executivo.

Suplicy citou artigo da Constituição para justificar proposta

Além dessa restrição ao ato do governo, Suplicy apontou que o artigo 172 da Constituição é claro ao prescrever que o estabelecimento de regras gerais para investimentos de capital estrangeiro no país exige lei ordinária e, portanto, participação do Congresso. No caso particular de participação estrangeira no sistema financeiro nacional, o artigo 192 da Constituição prescreve lei complementar.

O senador também citou artigo publicado pelo ex-ministro da Administração e de Ciência e Tecnologia, Luiz Carlos Bresser Pereira, segundo o qual "nós permitimos a desnacionalização das grandes empresas brasileiras e grandes bancos. Decididamente enlouquecemos".

A referência a Bresser motivou aparte da senadora Heloísa Helena (PT-AL). Ela disse que muitos desacreditam da classe política ao depararem com incoerências de discurso como a de Bresser Pereira, lembrado por ela como "coveiro do setor público". Lauro Campos (PT-DF), que afirmou não perder tempo lendo o ex-ministro, disse que certamente Bresser Pereira, que teria declarado numa comissão da Câmara que "temos um discurso para a eleição e outro para o governo", agora descobriu que pode ter também um discurso pós-governo.

Suplicy ainda leu carta a ele enviada pelo presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, em resposta à carta em que criticava declaração do político gaúcho de que teria vontade de "passar fogo" no presidente da República.

Álvaro defende cooperativas que oferecem crédito popular

Álvaro: cooperativas são importantes nas cidades do interior

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pediu a revisão de resolução do Banco Central que limita a atuação das cooperativas do tipo *luzzatti* (que oferecem crédito popular). Ele teme que a medida inviabilize a atuação deste tipo de entidade e espera que o governo aprofunde os estudos e encontre uma fórmula para que a decisão possa ser revista.

A resolução do Banco Central que o senador pelo Paraná pretende revogar, publicada em 27 de maio de 1999, estabelece um prazo de dois anos para que as cooperativas *luzzatti* se amoldem ao regulamento vigente, que permite apenas a existência de cooperativas fechadas.

Álvaro registrou a preocupação da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar) com a decisão do governo. Ele explicou que as cooperativas do tipo *luzzatti*, ou sistemas de créditos populares, foram constituídas na Itália pelo senador e secretário-geral da Agricultura, Luigi Luzzatti.

Citando documento que recebeu dos presidentes da Ocepar, João Paulo Koslovski e da Aliança Cooperativa Internacional, Roberto Rodrigues, Álvaro Dias afirmou que as cooperativas Luzzatti vêm prestando importantes serviços ao país, especialmente às pequenas comunidades do interior.

Hartung quer limites ao capital externo e teme desnacionalização

Hartung: estrangeiros podem atingir 60% dos bancos privados

O risco de desnacionalização do capital do Banespa motivou alerta feito ontem pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES). Marcada para 16 de maio, a privatização do banco poderá aumentar a participação dos investimentos estrangeiros nos bancos de varejo – no atacado eles já são majoritários, segundo o senador:

– Não consideramos o fim do mundo a participação do capital externo na nossa economia, mas há que se ter em mente a necessidade de limites, e o maior deles deve ser o interesse nacional – disse Hartung.

Só no período de existência do Plano Real, os bancos estrangeiros ampliaram de 12% para 50% a sua participação nos ativos dos bancos privados, conforme Hartung, e essa participação poderá atingir 60% em curto prazo. O Banco Central, entretanto, afirma que essa participação ainda se encontra em 19,97% e, portanto, não vê motivos para impor restrição ao capital externo na compra do Banespa.

O senador reconheceu que a globalização é um processo em curso, mas lembrou que é preciso combater seus excessos, como a extrema volatilidade dos capitais. Hartung observou que a forte presença do capital nacional no sistema bancário evitou desastre maior nas recentes crises da Ásia e da Rússia. Enquanto os banqueiros estrangeiros especularam contra o país, inclusive por meio de declarações à imprensa, os banqueiros nacionais rolaram a dívida interna do governo.

A manutenção dos bancos em mãos de banqueiros brasileiros terá papel relevante no financiamento das micro e pequenas empresas, dentro de uma política de crédito adequada, de acordo com o senador.

ACM recebe comissão de funcionários

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem uma comissão de funcionários do Banespa contrários à privatização do banco (*foto*), acompanhados do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor de ação para impedir a venda, e dos deputados Antonio Carlos Palocci, Iara Bernardes e Paulo Teixeira.

Segundo Suplicy, Antonio Carlos não manifestou sua posição quanto ao mérito da questão, mas deu sua opinião de que já seria tarde para conseguir discutir o assunto no Legislativo antes do leilão, marcado para maio. Ainda de acordo com o senador paulista, o presidente do Senado fez ver aos visitantes a necessidade de tentar o convencimento do Executivo, ou ainda a via judicial.

O presidente da Associação dos Funcionários do Banespa, Eduardo Rondino, entregou a Antonio Carlos cópia de dossiê sobre irregularidades que teriam sido cometidas no processo de privatização.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

7h25 – *Senado em Pauta*
7h30 – *Entrevista*: O senador Lauro Campos fala sobre desemprego
7h55 – *Senado em Pauta*
8h – *Jornal do Senado*
8h30 – *TV Escola: Paisagens Brasileiras*: episódio: *Alemães no Brasil* – Pomerode/SC
8h55 – *Senado em Pauta*
9h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Gravado – 02/02/2000)
9h55 – *Senado em Pauta*
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (ao vivo)
Logo após: Sessão Plenária (reapresentação)
Logo após: Comissão Mista que analisa os Bingos (gravado)
21h – *Jornal do Senado*
21h30 – Sessão Plenária (reapresentação)

Artur da Távola quer eliminar indexação de débitos judiciais

Senador reapresenta projeto de lei com o objetivo de evitar o que ele chama de "absurdos jurídico-financeiros inaceitáveis"

Projeto do senador Artur da Távola (sem partido-RJ), que será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), prevê a desindexação das dívidas judiciais. A mudança na legislação, de acordo com a proposta, atingirá o pagamento de precatórios, dívidas agrárias e indenizações em geral. Caso aprovada, os pagamentos serão feitos em moeda corrente, sem a utilização de vínculos corretivos.

Para Távola, não é justo manter a correção nos cálculos judiciais

O projeto começou a tramitar em 1998, mas, como não recebeu parecer, foi arquivado. Távola decidiu, então, reapresentá-lo. Como precaução à morosidade nas decisões, o texto prevê que o juiz utilize sua autoridade para aplicar multa ao litigante de má-fé, aos serventuários da Justiça e aos peritos, se necessário. Além disso, prevê indenização complementar ao credor, caso os juros de mora não cubram os prejuízos.

A proposta elimina referências ou vínculos a índices nos processos judiciais e diz que toda decisão judicial determinando pagamentos fará referência apenas à moeda nacional. A nova legislação vedará, ainda, a extração de mais de um precatório para pagamento de uma única ação judicial.

Távola lembrou que a correção monetária foi instituída oficialmente em 1964, com as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs), depois transformadas em OTNs. A extinção oficial da ORTN ocorreu em 1986, com o Plano Cruzado, lembrou.

– A mecânica de correção havia se entranhado de tal forma no dia-a-dia que o ato de declará-la extinta não foi suficiente para extirpá-la dos procedimentos financeiros. Pior, haviam sido criados dezenas de índices – lembrou.

Para o senador, a distância entre os valores decorrentes da aplicação desses índices e a realidade tem levado a "absurdos jurídico-financeiros inaceitáveis".

– Diante do novo quadro do mercado econômico-financeiro nacional, não é justo que, no âmbito do Poder Judiciário, ainda se perpetuem os cálculos de dívidas processuais, especialmente no que tange a precatórios – disse.

João Alberto deseja ver a volta da juventude à luta política

João Alberto espera maior engajamento dos jovens na política

O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) lamentou a neutralidade e a pouca participação dos jovens na política e disse esperar que as eleições municipais, marcadas para outubro, possam oferecer uma oportunidade para a retomada da presença desse eleitorado no processo político.

– O Brasil e o mundo, durante as décadas de 60 e 70, conviveram com uma grande parte da juventude em efervescência, por causa das condições da sociedade. A vivência política dos jovens desse tempo era intensa e participativa. Centro de suas preocupações eram os problemas sociais, debatiam vias de solução num acalorado confronto entre direita e esquerda – lembrou o senador.

João Alberto esclareceu que não reivindica a participação do jovem na vida partidária, uma vez que nem todos têm a natural disposição para esse tipo de engajamento. "Reivindico, sim, participação na luta política, com o objetivo de formar bons cidadãos, capazes de bem conduzir a própria casa e de gerir os negócios da coletividade", disse.

Ao citar dados de uma pesquisa realizada pela educadora Tânia Zagury, o senador informou que 68,9% dos jovens pesquisados acompanham o que acontece na política e 52,8% não sabem se posicionar no contexto das tradicionais categorias de esquerda, centro-esquerda, direita e centro-direita.

Sobre os acontecimentos nacionais, como os que culminaram no *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor, no esquema PC Farias, no desvio de verbas públicas e no problema dos chamados "anões do Orçamento", 29,3% disseram ter recuperado a fé na Justiça e no Brasil e 55,7% afirmaram que "o Brasil não tem jeito".

– É constrangedora a posição revelada pelos 55,7% que confessaram total descrença na possibilidade de as coisas melhorarem no Brasil. Sem dúvida, esconde-se nessa afirmação um pouco da irreverência que caracteriza os jovens, mas é reflexo também de um certo grau de desalento e desencanto diante de uma realidade nacional e internacional de estreitos horizontes quanto a espaços para o trabalho e para ação no campo político, social e econômico – observou.

Calheiros diz que decisão do STJ está sendo descumprida

Calheiros denuncia grandes supermercados

Os grandes supermercados não estão cumprindo a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que em 13 de outubro determinou a colocação do preço em cada produto, acompanhado ou não do código de barras, denunciou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). A sentença foi publicada em 29 de novembro e já está sendo cumprida pelos pequenos supermercados, informou o senador.

– Os grandes são 7% dos estabelecimentos, mas, do volume de transações, detêm 60%. Formam um *lobby* poderoso – disse Renan Calheiros.

Segundo o senador, a decisão do STJ está apoiada no Código de Defesa do Consumidor. "A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre suas características, qualidade, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade, origem, entre outros dados, bem como riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores", destacou ele, citando o código.

Renan Calheiros observou que é necessária ação enérgica do sistema de defesa do consumidor – formado pelos Procons, Ministério Público e Ministério da Justiça – no intuito de assegurar aos consumidores o atendimento do "mais básico dos direitos – o da informação".

– É preciso atuar, fiscalizar e punir. Não será só a multa que consolidará o código, mas a harmonia dos participantes nas relações de consumo – afirmou.

As sanções pelo não cumprimento do código vão desde multas (de no máximo R$ 3 milhões) até intervenção, passando pela apreensão dos produtos, suspensão da atividade e interdição. Quando ainda era ministro da Justiça, Calheiros determinou que os supermercados etiquetassem os produtos. O episódio, relembrou o senador, foi batizado equivocadamente de "guerra das etiquetas".

Na ocasião, o Ministério da Justiça, auxiliado pelos órgãos de defesa do consumidor, identificou diferenças de até 182% entre os preços colocados nas prateleiras e os cobrados no caixa. Calheiros explicou que não é contra o avanço tecnológico e o código de barras, mas entende que a colocação da etiqueta protege o consumidor sem representar grande ônus para os supermercados.

Freitas Neto comemora recursos para plano diretor do Vale do Parnaíba

A notícia de que a Organização dos Estados Americanos (OEA) concordou em financiar a primeira etapa da extensão dos trabalhos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf) ao Vale do Parnaíba, foi comemorada ontem pelo senador Freitas Neto (PFL-PI). O senador informou que os recursos serão utilizados na elaboração do plano diretor para inclusão do Vale do Parnaíba na esfera de ação da Codevasf, como determina a Lei nº 9.954, de 6 de janeiro deste ano.

Freitas Neto anunciou a criação de um grupo de trabalho para examinar as medidas necessárias à implantação do plano diretor na área do Parnaíba e informou que uma missão técnica da OEA visitará a região para examinar as condições de elaboração do plano diretor. Ele acredita que, a partir daí, ocorrerá uma grande transformação do vale, uma das regiões mais carentes do país.

O senador Hugo Napoleão (PFL-PI) destacou a luta de Freitas Neto pelas causas do desenvolvimento do Piauí. Ele lembrou que o Piauí detém 50% da água disponível no Nordeste, com 2,5 mil quilômetros de rios perenes, além de terras excelentes para agricultura. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) defendeu a união de forças dos estados abrangidos pela Codevasf, para examinar a distribuição de recursos. "Minas Gerais recebe poucos recursos em relação ao tamanho dos seus problemas e do seu território", assinalou.

Freitas Neto espera uma grande transformação do vale

Freitas Neto disse que os recursos do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) têm a mesma característica em sua distribuição e que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) já prejudica toda a região Nordeste há muito tempo.

Mozarildo propõe estágio no interior para profissionais da área de saúde

Os graduados em Medicina, Enfermagem, Farmácia, Bioquímica, Odontologia e Fisioterapia só devem obter o registro definitivo de seus diplomas, defendeu ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), após estágio remunerado de um ano realizado em municípios brasileiros onde a proporção profissional/habitante seja igual ou inferior a 1/1.000. O senador pediu o apoio do Plenário para projeto de sua autoria sobre a matéria, que está sendo examinado pela Comissão de Educação.

Mozarildo pede apoio do Plenário a seu projeto

Mozarildo recorreu a várias matérias jornalísticas para demonstrar que, apesar de o Brasil contar com médicos em número superior ao recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS), faltam profissionais em muitos municípios do interior de estados das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. A recomendação da OMS é de que a relação seja de um médico para mil habitantes, enquanto o Brasil conta com um médico para 672,8 habitantes. No entanto, a maioria deles exerce a profissão nos grandes centros urbanos, onde estão localizadas as respectivas faculdades. Mozarildo disse que seu estado tem apenas nove médicos atuando no interior e 222 na capital, Boa Vista.

Em aparte, Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) relatou que o governo do Tocantins, diante do mesmo problema, teve resultados extraordinários com a contratação de 52 médicos cubanos. Tião Viana (PT-AC) disse que o Acre sofre a mesma carência de profissionais de saúde, aos quais o governo estadual tem oferecido salário de R$ 6 mil, sem resultado. A saída foi, como no Tocantins, contratar médicos cubanos. Ernandes Amorim (PPB-RO) defendeu a abertura de novas faculdades de Medicina.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Ademir Andrade, Carlos Patrocínio e Casildo Maldaner